



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
SECRETARIA NACIONAL DE MUDANÇA DO CLIMA
DEPARTAMENTO DE GOVERNANÇA CLIMÁTICA E ARTICULAÇÃO

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Grupo Técnico de Natureza Temporária com o objetivo de elaborar proposta de regulamentação e implementação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões - SBCE (GTT/SBCE).

19ª REUNIÃO GTT SBCE

Data: 06 de maio de 2025 - das 9h às 11h.

Local: Ministério da Fazenda, Bloco P, Edifício Sede, 3º andar, Sala R1 e R2.

Membros presentes:

Órgão/Entidade/Instituição	Representante	Cargo
Ministério da Fazenda	Cristina Fróes de Borja Reis (Titular)	Subsecretária de Desenvolvimento Econômico Sustentável
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Aloísio Lopes Pereira Melo (Titular)	Diretor DPMI
	Ana Paula Cunha Machado Cavalcante	Diretora DGOV
Presidência da República - Casa Civil	Diogo Victor Santos (Titular)	Assessor Técnico na

		Secretaria Adjunta IV da Secretaria Especial de Análise
Ministério da Agricultura e Pecuária	Jorge Caetano Júnior (Titular)	Coordenador- Geral de Mudanças do Clima e Desenvolvimento Sustentável, do Departamento de Produção Sustentável e Irrigação, da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento sustentável, Irrigação e Cooperativismo
Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	Beatriz Soares da Silva (Titular)	Coordenadora- Geral de Finanças Verdes
	Larissa Carolina Loureiro Villarroel (Suplente)	Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental
Ministério de Minas e Energia	Leandro de Oliveira de Albuquerque (Titular)	Assessor Especial
Ministério de Relações Exteriores	Bruno Carvalho Arruda (Titular)	Subchefe da Divisão de Ação Climática/MRE
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	Antônio Marcos Mendonça (Titular)	Coordenador de Mudanças Ambientais Globais
	Hugo Torres do Val (Titular)	Subsecretário de Programas das Áreas

		Econômicas Especiais (MPO-SEPLAN/SAES)
Ministério do Planejamento e Orçamento	Mara Helena Sousa (Suplente)	Coordenadora-Geral de Programas Econômicos e Ambientais (MPO/SEPLAN/SAES)
Advocacia Geral da União - AGU	Mariana Barbosa Cirne (Titular)	Procuradora-Chefe da Procuradoria Nacional de Defesa do Clima e Meio Ambiente

Convidados presentes:

Órgão/Entidade/Instituição	Representante	Cargo
B3	Virgínia Nicolau Gonçalves	Superintendente de Sustentabilidade
Empresa de Pesquisa Energética (EPE)	Marcos Ribeiro Conde	
	Bruno Scola Lopes da Cunha	
Ministério dos Transportes	Thiago Olante Casagrande	
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Klenize Chagas Favero	Especilista em Comércio Exterior
	Mariane Nardi	
	Carlos Alexandre Principe Pires	Coordenador
Ministério da Agricultura e Pecuária	Marcelo Guimarães	
Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	Demétrio Florentino de Toledo Filho	Analista de Comércio Exterior

1. Abertura dos trabalhos do GT SBCE

Foi verificado o quórum e identificados os membros participantes.

A coordenação deste Grupo Técnico Temporário iniciou a reunião apresentando a pauta a ser discutida.

2. Apresentação da B3

A apresentação da B3, teve como objetivo compartilhar a experiência da instituição na operacionalização do mercado de créditos de descarbonização no âmbito do programa RenovaBio, e propor paralelos e sugestões para a estruturação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE).

Inicialmente, destacou-se que a B3 já opera uma infraestrutura consolidada para o mercado de créditos de carbono voluntário, com cerca de 3 milhões de créditos negociados em 2024, o que representa uma parcela significativa do mercado nacional. A plataforma da B3 está conectada aos principais padrões internacionais e permite a negociação, registro e aposentadoria de créditos, com capilaridade e segurança.

Em seguida, foi apresentado o modelo de funcionamento do RenovaBio, estruturado em três sistemas principais:

- A. Sistema Governamental (ANP): Responsável por estabelecer metas anuais de descarbonização para distribuidoras de combustíveis fósseis, autorizar emissores de CBIOs (produtores de biocombustíveis) e vincular cada emissor a uma instituição financeira escrituradora. A ANP também valida as notas fiscais que lastreiam as emissões de créditos.
- B. Sistema de Registro (B3): Após a autorização da ANP, os créditos são registrados na B3, que controla a titularidade dos ativos, assegura a rastreabilidade das transações e publica diariamente os preços médios, mínimos e máximos negociados. O sistema é integrado ao sistema de liquidação financeira da B3, operando sob o modelo DVP (Delivery Versus Payment), o que garante a entrega do ativo somente mediante pagamento.
- C. Plataforma de Negociação (B3): Vinculado ao sistema de registro, permite que instituições financeiras negoçiem os créditos em nome de seus clientes. A

plataforma oferece funcionalidades semelhantes a um home broker, com possibilidade de negociações bilaterais, leilões e cotações. Atualmente, o acesso é restrito a instituições financeiras, mas há espaço para discussão sobre a ampliação do acesso direto a outros agentes.

Foi ressaltado que a integração entre os sistemas foi sendo aprimorada ao longo dos anos, com destaque para o desenvolvimento de APIs que conectam os sistemas da ANP e da B3, especialmente nos momentos de emissão e aposentadoria dos créditos. Essa integração reduziu significativamente os erros e retrabalhos, especialmente nos períodos de fechamento anual.

Foi também abordada a ausência de definição jurídica clara para os créditos de carbono, o que limita sua utilização como garantia financeira e restringe a atuação de investidores institucionais, especialmente internacionais. A B3 defende que a classificação dos créditos como valores mobiliários traria maior segurança jurídica e permitiria o uso de funcionalidades típicas do mercado financeiro, como a constituição de garantias e a atuação de autorreguladores.

Por fim, foi apresentado um fluxograma comparativo entre o modelo do RenovaBio e SBCE.

3. Apresentação da Bzero – Carbon ratings and the SBCE

A apresentação da Bzero foi iniciada com uma contextualização da atuação da entidade como uma empresa independente especializada na avaliação de risco e qualidade de créditos de carbono. Com presença global e atuação no Brasil, a Bzero tem como missão oferecer uma análise técnica e imparcial sobre a integridade dos créditos gerados por projetos de carbono, com foco especial em soluções baseadas na natureza (Nature-Based Solutions – NBS).

A principal mensagem da apresentação foi que as metodologias de certificação, embora fundamentais, não são suficientes para assegurar, por si só, a integridade e a qualidade dos créditos de carbono. Isso se deve ao fato de que os principais riscos associados à qualidade dos créditos estão no nível do projeto, e não exclusivamente no nível metodológico. Assim, mesmo projetos certificados podem apresentar fragilidades relevantes, caso não sejam devidamente avaliados em sua execução prática.

A metodologia de avaliação da Bzero baseia-se em três pilares fundamentais:

- A. Adicionalidade – Avaliação da real contribuição do projeto para a redução ou remoção de emissões, considerando se os resultados obtidos teriam ocorrido na ausência da intervenção do projeto
- B. Contabilidade de carbono – Análise da precisão e robustez dos métodos utilizados para quantificar as emissões evitadas ou removidas
- C. Permanência – Verificação da durabilidade dos benefícios climáticos gerados, especialmente em relação à manutenção do estoque de carbono ao longo do tempo.

A empresa adota uma escala de ratings que varia de “OD” (risco mais elevado) até “AAA” (menor risco), de forma semelhante às classificações utilizadas no mercado financeiro. Cada projeto é avaliado por uma equipe multidisciplinar de especialistas, e os resultados são publicados de forma transparente na plataforma da Bzero, com acesso público a resumos das análises.

Foi enfatizado que o sistema de ratings da Bzero é dinâmico. Isso significa que os projetos são reavaliados periodicamente, especialmente quando há novas informações públicas ou mudanças relevantes em sua execução. Essa abordagem contínua permite capturar riscos emergentes e garantir que os ratings refletem a realidade atual dos projetos.

Durante a apresentação, foram abordados exemplos concretos de como decisões específicas de projeto podem influenciar negativamente a integridade dos créditos. Um exemplo citado foi a escolha de áreas de referência inadequadas para estimar a linha de base de desmatamento, o que pode inflacionar artificialmente os créditos gerados. Outro ponto crítico mencionado foi o uso de projeções populacionais ou econômicas pouco realistas para justificar taxas elevadas de desmatamento futuro.

Além disso, também foi abordado a importância da participação das comunidades locais e tradicionais nos projetos. Foi destacado que projetos que envolvemativamente as comunidades, garantindo benefícios acordados e participação na governança, tendem a apresentar maior efetividade e menor risco de reversão. Por outro lado, projetos impostos de forma externa, sem consulta adequada, frequentemente enfrentam resistência e perda de legitimidade.

A apresentação também destacou que os ratings da Bzero influenciam diretamente o valor de mercado dos créditos. Dados da empresa indicam que, a cada melhoria na classificação (por exemplo, de BBB para A), há um aumento médio de até

43% no preço do crédito. Isso demonstra que o mercado valoriza a integridade e está disposto a pagar mais por créditos de maior qualidade.

Por fim, foi destacado a importância de adotar ratings como instrumento complementar obrigatório no âmbito do SBCE. Segundo a palestrante, essa medida permitiria ao governo mitigar riscos reputacionais, garantir a credibilidade do sistema e assegurar que os créditos utilizados para cumprimento de metas sejam efetivamente robustos. Também foi sugerida a criação de mecanismos de apoio para pequenos desenvolvedores, como subsídios ou isenções, a fim de garantir acesso equitativo à avaliação de qualidade.

A apresentação foi encerrada com o convite para uma demonstração da plataforma da Bzero, a ser organizada em parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), com o objetivo de aprofundar o entendimento técnico sobre os critérios de avaliação e sua aplicação prática.

4. Informes gerais

Na etapa final da reunião, foram apresentados informes gerais e encaminhamentos que visam dar continuidade ao processo de regulamentação e implementação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE).

Destacou-se a importância de aprofundar o diálogo institucional com órgãos reguladores e entidades do setor financeiro, especialmente a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as instituições escrituradoras.

Adicionalmente, foi mencionada a realização de um seminário promovido pela AGU, com foco na construção de uma base jurídica sólida para o mercado de carbono no Brasil. O evento contou com a participação de representantes de diversos órgãos públicos, incluindo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que vêm desenvolvendo regulamentações específicas sobre o tema. A iniciativa foi elogiada pelos participantes como um espaço relevante para o compartilhamento de experiências e o fortalecimento da governança jurídica do setor.

Por fim, os participantes reiteraram o compromisso com a construção de um mercado de carbono nacional robusto, transparente e eficiente. Foi ressaltado que o momento atual representa uma oportunidade histórica para o Brasil estruturar um sistema de comércio de emissões alinhado às melhores práticas internacionais, com potencial

para atrair investimentos, promover a descarbonização da economia e garantir a integridade ambiental das ações climáticas.

A reunião foi encerrada com agradecimentos aos expositores e participantes, e com a sinalização de que os debates técnicos e jurídicos terão continuidade nas próximas reuniões do grupo técnico.